



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

Avenida Venezuela, 134, bloco B, 4º andar - Bairro: Saúde - CEP: 20081-312 - Fone:
(21)3218-7973 - www.jfrj.jus.br - Email: 07vfer@jfrj.jus.br

**SEQUESTRO - MEDIDAS ASSECURATÓRIAS Nº 5055307-
78.2020.4.02.5101/RJ**

REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

ACUSADO: A APURAR

DESPACHO/DECISÃO

Trata-se de representação do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (Evento 1) objetivando o **BLOQUEIO DE ATIVOS E BENS** de propriedade de ADRIANA DE LOURDES ANCELMO; ANA TEREZA BASILIO; ANTONIO AUGUSTO DE SOUZA COELHO; CAIO CESAR VIEIRA ROCHA; CRISTIANO RONDON PRADO DE ALBUQUERQUE; CRISTIANO ZANIN MARTINS; DANIEL BELTRÃO DE ROSSITER CORREA; EDGARD HERMELINO LEITE JÚNIOR; EDUARDO FILIPE ALVES MARTINS; EURICO DE JESUS TELES NETO; FERNANDO LOPES HARGREAVES; FRANCISCO CESAR ASFOR ROCHA; HERMANN DE ALMEIDA MELO; FLAVIO DIZ ZVEITER; JAMILSON SANTOS DE FARIAS; JOÃO CÂNDIDO FERREIRA LEÃO; JOSE ROBERTO DE ALBUQUERQUE SAMPAIO; LEONARDO HENRIQUE MAGALHÃES DE OLIVEIRA; MARCELO JOSÉ SALLES DE ALMEIDA; MARCELO HENRIQUE DE OLIVEIRA; MARCELO NOBRE ROSSI; ORLANDO SANTOS DINIZ; ROBERTO TEIXEIRA; SERGIO DE OLIVEIRA CABRAL SANTOS FILHO; TIAGO CEDRAZ LEITE OLIVEIRA; e VLADIMIR SPÍNDOLA SILVA.

Documentos constantes nos anexos 2 a 38 do Evento 1.

Segundo o Ministério Público o presente requerimento é desdobramento das Operações Calicute e Eficiência, e mais recentemente da Operação Jabuti, tendo como finalidade aprofundar as investigações relacionadas à organização criminosa chefiada por SERGIO CABRAL, principalmente, no que tange ao pagamento de valores milionários a diversos escritórios de advocacia com dinheiro oriundo da FECOMERCIO\RJ, SESC\RJ e SENAC\RJ para defender interesses pessoais de ORLANDO DINIZ.

Nessa toada, o órgão ministerial discorre sobre os pagamentos milionários realizados pela Fecomércio, iniciados com a contratação dos advogados CRISTIANO ZANIN MARTINS e ROBERTO TEIXERIA, sob o pretexto de influenciar politicamente em procedimentos em curso no TCU em desfavor de ORLANDO DINIZ; e perpetuados com a contratação de muitas outras bancas de advocacia que supostamente poderiam manter ORLANDO DINIZ à frente das entidades.

Dessa forma, o órgão ministerial entende ser necessário decretar a medida constritiva, como forma de impedir a perpetuação dos atos criminosos, bem como reaver os recursos públicos, em tese, desviados.

É o breve relatório. **Decido.**

Contextualizando, o MPF discorre que o complexo de investigações denominado “Operação Lava Jato” no Rio de Janeiro identificou a existência de um esquema de grandes proporções de corrupção de agentes públicos, fraudes a licitação, cartel, evasão de divisas e lavagem de dinheiro no âmbito do Governo do Estado do Rio de Janeiro, sob a liderança de SERGIO CABRAL, tendo sido descobertos a partir dos desdobramentos das Operações Calicute (processo nº 0509503-57.2016.4.02.5101) e Eficiência (processos nº 0015979-37.2017.4.02.5101 e nº 0510282-12.2016.4.02.5101), que tramitaram ou tramitam neste Juízo.

Pois bem, com o aprofundamento das investigações, foi apurada a existência do **esquema de pagamento de valores ilícitos também no âmbito do Sistema FECOMÉRCIO, SESC e SENAC, sob a liderança de ORLANDO SANTOS DINIZ, que resultou na deflagração da Operação Jabuti, em fevereiro de 2018.**

Tais acusações que recaem sobre ORLANDO DINIZ tramitam nos autos da ação penal n. 0039777-90.2018.4.02.5101, que se encontra em fase de realização de audiência de instrução e julgamento.

A presente apuração se iniciou com provas colhidas nas medidas cautelares decretadas por este Juízo no bojo da Operação Jabuti (autos n. 0503369-77.2017.4.02.5101 e 0509358- 64.2017.4.02.5101), e que possuem relação com o suposto esquema de pagamento de propina no âmbito da FECOMÉRCIO, SESC e SENAC, bem como provas oriundas da Operação Zelotes, compartilhadas com este Juízo mediante decisão da 10ª Vara Federal da Justiça Federal do Distrito Federal.

Desta forma, **a competência deste Juízo é assentada pela ocorrência da conexão entre ações penais e medidas cautelares referentes às mencionadas operações**, impondo-se que os feitos tramitem perante este Juízo, a teor do que dispõe o artigo 76, inciso III, do Código de Processo Penal.

Ressalta-se que apesar do investigado HERMANN DE ALMEIDA MELO ser, atualmente, desembargador no Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (biênio 2019/2020), os delitos ora apurados não se deram em razão desse cargo, como se verá em tópico próprio. Assim, pela interpretação trazida pelo STF na **Questão de Ordem na Ação Penal nº 937, não há que se falar em foro por prerrogativa de função.**

Prosseguindo quanto à fundamentação, narra o MPF que o Serviço Social do Comércio (SESC) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) compõem o chamado Sistema “S”. O SENAC dedica-se a proporcionar o bem-estar e a qualidade de vida aos trabalhadores do comércio e seus dependentes, e o SESC tem a missão de promover a educação profissional aos trabalhadores do comércio.

Além desses serviços, no âmbito de cada Estado, uma federação de sindicatos patronais (as "FECOMÉRCIO") e, em âmbito nacional, a Confederação Nacional do Comércio (CNC), que reúne as federações estaduais, completam o aglomerado de entidades do sistema sindical do comércio.

O presidente da FECOMÉRCIO do Estado acumula a presidência do Conselho Regional do SESC (SESC/CR) e do Conselho Regional do SENAC (SENAC/CR). No caso do Estado do Rio de Janeiro, essa função cabia, à época das investigações, a ORLANDO DINIZ.

O mecanismo de financiamento do Sistema “S” tem origem em contribuição compulsória paga pelos empregadores do comércio, incidente sobre a folha de salários, conforme previsão no art. 240 da Constituição Federal, e, desta forma, são fiscalizados pela CGU e TCU.

Tais contribuições compulsórias são arrecadadas e fiscalizadas pela Receita Federal, que as repassa, mensalmente, para as administrações nacionais e regionais dos serviços sociais autônomos, incumbindo ao Tribunal de Contas da União fiscalizar a utilização dos recursos, nos termos do art. 70 da CF.

Ou seja, o SESC e o SENAC possuem **natureza jurídica de entidade paraestatal e estão sujeitas à fiscalização dos órgãos de controle**, tendo em vista que recebem recursos públicos.

Nesse contexto, assinala o MPF que, após a deflagração da fase ostensiva da Operação Calicute, o órgão ministerial instaurou o Procedimento Investigatório Criminal nº 1.30.001.001771/2017-76 (cuja cópia integra o PIC nº 1.30.001.001490/2018-02), a partir de representação da administração nacional do Serviço Social do Comércio –SESC-AN.

Durante as investigações, foi apurado pelas auditorias dos conselhos fiscais do SESC e SENAC que, desde 2011, vinham ocorrendo recorrentes **desvios de missão institucional e malversação dos recursos destinados às administrações regionais das entidades no Estado do Rio de Janeiro.**

Sustenta o MPF que uma das mais graves irregularidades encontradas foi a **resolução editada por ORLANDO DINIZ, que criou um “sistema de gestão integrada das entidades”, denominado “Sistema Comércio RJ”, por meio do qual foi autorizado o repasse de valores dos cofres do SESC e SENAC Rio para a FECOMÉRCIO/RJ.**

Em seguida à criação dessa resolução, no dia 01 de dezembro de 2015, foi assinado “Termo de Cooperação Técnica” entre SESC/RJ, SENAC/RJ e FECOMÉRCIO/RJ prevendo a solidariedade das entidades no custeio das despesas do Sistema Comércio RJ, em proporção aos percentuais das contribuições havidas por cada uma delas.

De acordo com o MPF, tal resolução foi editada com a finalidade de burlar a investigação dos órgãos de controle a que se submetem o SESC e o SENAC, já que a FECOMERCIO, por ter natureza privada, não está sujeita a tal fiscalização.

Sustenta o *Parquet* que a criação desse sistema teve por escopo **fazer frente aos milionários pagamentos que ORLANDO passou a fazer no seu interesse pessoal a escritórios de advocacia e veículos de propaganda, sem que essas despesas passassem pelo controle de conselhos fiscais do SESC/SENAC e do TCU, eis que realizadas em nome da FECOMÉRCIO Rio.**

Assim, conforme disposto no aludido Termo de Cooperação Técnica a proporcionalidade empregada no rateio das despesas resultou em 97,70% dos pagamentos pelas entidades sociais autônomas e apenas 2,30% pela Fecomércio/RJ.

A título de exemplo, a auditoria do conselho fiscal apurou que nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2016 foram repassados **mais de R\$ 138 milhões do SESC/RJ para a FECOMÉRCIO/RJ, dentre os quais quase R\$ 109 milhões foram destinados a pagamentos de serviços advocatícios.**

Por outro lado, foram repassados pelo **SENAC/RJ à FECOMÉRCIO/RJ, a título de pagamento de serviços advocatícios, aproximadamente R\$ 55 milhões de reais no mesmo período.**

Essas irregularidades são objeto de apuração pelo Tribunal de Contas da União (procedimento nº 020.456/2016-6) que constatou que **em três meses ORLANDO DINIZ gastou R\$ 165 milhões para pagamentos de serviços advocatícios, sem a realização do devido procedimento licitatório.**

Cumpra salientar que ORLANDO DINIZ responde perante o TCU por ilícitos supostamente cometidos na administração do SESC/SENAC Rio entre os anos de 2010 a 2017 (TC 004.533/2017-8, TC 003.694/2017-8, TC 003.741/2017-6 e TC 036.447/2017-2).

Nessa toada, presente medida cautelar encontra-se embasada em provas obtidas na denominada Operação Zelotes, que tramita perante a 10ª Vara Federal do Distrito Federal e investiga um suposto esquema de favorecimento de empresas no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, as quais foram devidamente compartilhadas com este Juízo, mediante decisão judicial. Além disso, tem-se os dados obtidos com as quebras bancárias, fiscais, telefônicas e telemáticas autorizadas por esse Juízo (processos n. 0004110-09.2019.4.02.5101, n. 0004113-61.2019.4.02.5101 e n. 0004115-31.2019.4.02.5101); as provas exurgidas da medida cautelar de busca e apreensão n. 0502324-04.2018.4.02.5101; e depoimentos prestados por ORLANDO DINIZ em sede de acordo de colaboração premiada homologado recentemente por esse Juízo nos autos nº 5037185-17.2020.4.02.5101.

Narra o MPF que os valores repassados por ORLANDO DINIZ, como único gestor das três entidades, com o auxílio do diretor regional SESC e do SENAC Rio MARCELO ALMEIDA, a pretexto de serviços advocatícios, judiciais e/ou extrajudiciais, fomentaram rede de advogados que, de fato, prestavam serviços, mas que “vendiam” soluções políticas.

De acordo com os dados obtidos no afastamento do sigilo bancário e fiscal (autos n. 0503369-77.2017.4.02.5101) somados ao apurado pelo MPF, entre 2012 e 2018, **os gastos com serviços advocatícios alcançaram, pelo menos, R\$ 151 milhões de reais.**

Diante desses elementos, o MPF sustenta que o os pagamentos exorbitantes teriam se iniciado com a contratação dos advogados CRISTIANO ZANIN e ROBERTO TEIXEIRA, por intermédio de FERNANDO LOPES HARGREAVES, para atuarem em favor de ORLANDO DINIZ, recebendo pela FECOMÉRCIO. Pouco tempo depois, eles teriam promovido a aproximação entre ORLANDO DINIZ e o escritório de advocacia SPINDOLA PALMEIRA ADVOGADOS, representado pelo sócio VLADIMIR SPINDOLA, sob o argumento de que o último poderia auxiliar nas causas atinentes ao TCU.

Veja-se declaração de DANIELLE PARAISO DE ANDRADE SCHNEIDER, ex-diretora jurídica e de governança do SENAC e ex-cônjuge de ORLANDO DINIZ, que esclarece a circunstância na qual foram contratados os escritórios de advocacia para defesa de interesses pessoais de ORLANDO:

“... QUE ao final de 2011, houve pedido de intervenção do SESC Nacional; QUE no mesmo ano já houve abertura de procedimento no TCU, no qual o SENAC/RJ era defendido pelo

advogado EVERARDO GUEIROS; QUE em janeiro/fevereiro de 2012, ORLANDO contratou o escritório de SÉRGIO BERMUDES para tentar barrar a intervenção na justiça comum do Rio de Janeiro; QUE a liminar deferida em primeiro grau foi cassada pelo TJRJ; QUE em 2012 estavam em uma reunião no SENAC com a presença da declarante, de ORLANDO DINIZ, EVERARDO GUEIROS e outros Diretores, tendo ORLANDO DINIZ recebido a informação de que a liminar havia sido cassada; QUE EVERARDO GUEIROS então entrou em contato com o advogado FERNANDO HARGREAVES para ver se este poderia ajudar; QUE FERNANDO HARGREAVES disse que o problema de ORLANDO era político e indicou o escritório de ROBERTO TEIXEIRA como capacitado para manter ORLANDO na Presidência do SESC e SENAC Rio; QUE FERNANDO disse que ROBERTO TEIXEIRA poderia resolver a questão por ter boa relação com Carlos Eduardo Gabas, então Presidente do conselho fiscal do Departamento Nacional do SESC, que assinava os pedidos de intervenção e denúncias;... QUE nesse período das contratações dos grandes escritórios, a assessoria jurídica das entidades passou a atuar apenas nas questões administrativas e ações de baixa complexidade; QUE durante a gestão da declarante na Diretoria Jurídica, não eram autorizados repasses de valores do SENAC para a FECOMERCIO, a qualquer título; QUE os recursos da FECOMERCIO se esgotaram e ORLANDO promoveu a criação do Sistema FECOMERCIO para conseguir formalizar essa transferência de recursos, que se iniciaram em 2015; obtida a liminar para suspender a intervenção;... QUE, ainda em 2012, por indicação de ROBERTO TEIXEIRA e CRISTIANO ZANIN, o escritório de VLADIMIR SPÍNDOLA foi contratado para atuar nos processos do TCU, em substituição ao escritório de EVERARDO GUEIROS; que VLADIMIR SPÍNDOLA tinha ligação com o PT, sendo que, salvo engano, sua mãe era chefe de gabinete de ANTONIO PALOCCI; QUE em relação ao escritório de VLADIMIR SPÍNDOLA foi acordado um pagamento de um pró-labore elevado, mais um valor mensal da ordem de R\$ 25.000,00, e ainda um valor para o êxito na ação; ... QUE ROBERTO TEIXEIRA aceitou a contratação do escritório de ANA TEREZA BASÍLIO, para atuação no TJ/RJ e STJ, além de algumas poucas ações na Justiça Federal; QUE as eleições na Federação ocorrem de 4 em 4 anos; QUE no final de 2013 ORLANDO começou a se preparar para as novas eleições; QUE ROBERTO TEIXEIRA e ANA TEREZA recomendaram a contratação do escritório de EURICO TELES e MARIA FERNANDA, para cuidar das eleições na Justiça do Trabalho; QUE essa atuação sempre foi feita por meio do corpo jurídico do SESC, SENAC e Federação; QUE havia contratações de alguns escritórios por valores em torno de R\$ 10mil, R\$ 20mil mensais, para demandas trabalhistas; QUE no final de 2013 ou início de 2014, por orientação de FERNANDO HARGREAVES, CRISTIANO ZANIN e ANA TEREZA, foi contratado o escritório de EDUARDO MARTINS, especial para atuação no Superior Tribunal de Justiça visando à obtenção de liminar para retomar o SESC-RJ; QUE foi efetivamente QUE a declarante sabe que ORLANDO tinha vontade de contratar o escritório de ADRIANA ANCELMO para tratar dos problemas do SESC/SENAC; QUE inicialmente SERGIO CABRAL dizia que era melhor não contrata-la, por se tratar de uma questão política

complicada; QUE SERGIO CABRAL conversou em diversas oportunidades sobre esse assunto com ORLANDO; QUE em várias ocasiões SERGIO CABRAL interfonava em horário tarde para ORLANDO, e este ia até a casa do ex-Governador; QUE algumas vezes durante a conversa com o ex-Governador ORLANDO ligava para a declarante perguntando assuntos das ações, tais como o nome do relator e a composição da Câmara que julgaria o recurso; QUE a declarante tem conhecimento de que ORLANDO também tinha intenção de contratar o escritório de THIAGO CEDRAZ; QUE após a separação, a declarante soube por terceiros que ORLANDO contratou os escritórios da ADRIANA ANCELMO e de THIAGO CEDRAZ ...”

Prosseguindo quanto ao levantamento das relações espúrias, ao que parece ROBERTO TEIXEIRA continuou indicando a contratação de outros escritórios para atuarem em processos relacionados a ORLANDO DINIZ, não obstante a contratação tenha se dado pela Fecomércio.

Nessa toada, o MPF assinala que teria se formado **verdadeira organização criminosa composta por um “núcleo duro”** com os seguintes sujeitos: ORLANDO DINIZ, MARCELO ALMEIDA, ROBERTO TEIXEIRA, CRISTIANO ZANIN, FERNANDO HARGREAVES, VLADIMIR SPINDOLA, EDUARDO MARTINS, ANA TERESA BASILIO, JOSE ROBERTO SAMPAIO, ADRIANA ANCELMO e SERGIO CABRAL FILHO.

A atuação desses integrantes do núcleo principal teria se dado da seguinte forma, segundo o MPF: entre os anos de 2012 a 2015, após a contratação de ROBERTO TEIXEIRA e CRISTIANO ZANIN e desses terem indicado VLADIMIR SPINDOLA; este último teria cooptado CRISTIANO RONDON PRADO DE ALBUQUERQUE, auditor de controle externo do TCU.

Complementa o MPF, assinalando que há indícios no sentido de que os “favores” do auditor CRISTIANO ALBUQUERQUE foram remunerados por ORLANDO DINIZ por meio do escritório SPINDOLA PALMEIRA ADVOGADOS, através dos escritórios de advocacia EDGARD LEITE ADVOGADOS, cujo sócio principal era EDGARD HERMELINO LEITE JUNIOR, e LHO ADVOGADOS, do qual CRISTIANO passou a ser sócio com 1% do capital social em 21/11/2014, juntamente com LEONARDO HENRIQUE OLIVEIRA.

Em período concomitante que vai até 2017, diante de suposta influência junto ao Poder Judiciário, ROBERTO TEIXEIRA e CRISTIANO ZANIN determinaram a contratação de EDUARDO MARTINS (MARTINS E ROSSITER ADVOGADOS ASSOCIADOS, ESCRITORIO DE ADVOCACIA MARTINS e ROSSITER ADVOCACIA), ANA TEREZA BASILIO (BASILIO, DI MARINO E FARIA ADVOGADOS, BASILIO SOCIEDADE DE ADVOGADOS e

BASILIO SOCIEDADE DE ADVOGADOS) e JOSE ROBERTO SAMPAIO (JOSE ROBERTO SAMPAIO SOCIEDADE DE ADVOGADOS).

Por sua vez, o MPF assenta que tais advogados aderiram a ORCRIM, no sentido de fazer ORLANDO DINIZ crer que a as contratações iriam mantê-lo à frente do SESC Rio. Assim, EDUARDO MARTINS indicando ser necessário o repasse de mais valores, determinou que ORLANDO efetivasse pagamento, a pretexto de serviços jurídicos (que não foram prestados), a HERMANN DE ALMEIDA COELHO (ALMEIDA & TEIXEIRA ADVOCACIA), JAMILSON SANTOS DE FARIAS (FARIAS ADVOGADOS ASSOCIADOS), MARCELO HENRIQUE DE OLIVEIRA (OLIVEIRA & BRAUNER ADVOGADOS) e ANTONIO AUGUSTO DE SOUZA COELHO (ADVOCACIA GONCALVES COELHO), no período de 2015 e 2016.

Da mesma forma, consoante o órgão ministerial, ANA TEREZA BASILIO determinou a ORLANDO DINIZ o repasse de valores a pretexto de serviços jurídicos (que também não teriam ocorrido) a EURICO TELES (EURICO TELES ADVOCACIA EMPRESARIAL) e FLAVIO ZVEITER (ESCRITORIO DE ADVOCACIA ZVEITER), também no período de 2015 e 2016.

Em seguida, por iniciativa de ORLANDO DINIZ, com anuência de ROBERTO TEIXEIRA, CRISTIANO ZANIN e ANA TEREZA BASILIO, e intermédio de SERGIO CABRAL, foram contratados os escritórios de ADRIANA ANCELMO (ANCELMO ADVOGADOS) e TIAGO CEDRAZ (CEDRAZ ADVOGADOS), este último sob o único argumento de influenciar em decisões do TCU pelo parentesco com Ministro daquela Corte.

Segundo o MPF, sob o comando de ADRIANA ANCELMO, foi efetivado repasses da Fecomércio aos advogados JOAO CANDIDO FERREIRA LEO (FERREIRA LEO ADVOGADOS ASSOCIADOS) e MARCELO NOBRE (MARCELO NOBRE SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOGADOS); além de transferências a FRANCISCO CESAR ASFOR ROCHA (CESAR ASFOR ROCHA SOCIEDADE DE ADVOGADOS), sob o pretexto de atuação junto ao TCU, tudo no período de 2016 a 2018.

Diante desse panorama do órgão ministerial, cabe trazer à baila o depoimento de ORLANDO DINIZ, sobre o cenário que teria se instalado na Fecomércio e no SESC/SENAC a partir de 2012:

“ QUE, ao contratar Roberto Teixeira, uma pessoa de quem jamais havia ouvido falar até então, em conjunto com Cristiano Zanin, o colaborador pensou que estava comprando a solução política para todos esses problemas ...QUE, ao contratar Roberto Teixeira e Cristiano Zanin, o que, de fato, aconteceu foi ficar à mercê de um mesmo grupo, e passou de comprador à mercadoria; QUE o que de início era um caso administrativo, logo se transformou em uma grande

briga jurídica e a necessidade de, a cada movimento, novos contratos serem assinados, tudo controlado por Roberto Teixeira e Cristiano Zanin, auxiliados por Fernando Hargreaves; QUE foi criada, assim, uma forma legal de “drenar recursos” das entidades e do colaborador... QUE, em Brasília, Vladimir Spíndola também indicado por Roberto Teixeira, sob a alegação de fartos contatos com o governo e a imprensa; QUE Roberto Teixeira controlava tudo: Rio de Janeiro, Brasília, governo, imprensa e assessoria de imprensa;... QUE, já em 2014, Cristiano Zanin indicou a contratação do advogado Eduardo Martins; QUE o resultado da atuação de Eduardo Martins no STJ foi que a presidência do SENAC continuou com o colaborador e o SESC Rio continuou sob administração do SESC Nacional; QUE o colaborador questionou muito duramente esse resultado com Cristiano Zanin, que alegou que havia sido uma “decisão salomônica”; ...; QUE, em decorrência da insatisfação com Fernando Hargreaves, Cristiano Zanin indicou o escritório da advogada Ana Basílio; QUE Cristiano Zanin sugeriu que a atuação de Ana Basílio se iniciasse pelas eleições da Fecomércio, em 2014, e, posteriormente, ela assumiria, junto de Cristiano Zanin e Roberto Teixeira, a estratégia e a coordenação dos casos no Rio de Janeiro; QUE as eleições da Fecomércio, em 2014, foram usadas como justificativa para contratação de Ana Basílio;... QUE o fato é que o modus operandi de Roberto Teixeira, Cristiano Zanin e Ana Basílio era exatamente o mesmo; QUE isso foi confirmado posteriormente, com a indicação, por Ana Basílio, de um grande número de outros escritórios para serem contratados pelo colaborador, com valores também extremamente exagerados... QUE, com Eduardo Martins, o colaborador se recorda de duas reuniões, uma no escritório de Ana Basílio, cuja sede fica no mesmo prédio do escritório de Eurico Teles, na Avenida Presidente Wilson, no Rio de Janeiro, e outra no escritório do próprio Eduardo Martins, em Brasília; QUE, na mesma oportunidade do encontro com Eduardo Martins e Ana Basílio, o colaborador e Eduardo Martins se encontraram com o advogado Eurico Teles, após a reunião no escritório de Ana Basílio...QUE, na busca de alternativas, o colaborador tentou ainda uma reaproximação com Sérgio Cabral, em uma relação marcada, na maior parte do tempo, ou por um distanciamento, ou por um relacionamento protocolar, com episódios isolados de ajuda; QUE, nesse momento de reaproximação, Sergio Cabral indicou contratação do advogado Tiago Cedraz; QUE Sergio Cabral disse que o referido advogado atuava no TCU... QUE chegou a conversar com Cristiano Zanin, numa reunião com Ana Basílio, no escritório dela, sobre a contratação de Adriana Ancelmo, tendo ambos acenado positivamente; QUE Adriana Ancelmo representava um conforto, uma pessoa de confiança para o colaborador; QUE, contudo, toda a sistemática de contratação anterior continuou também com Adriana Ancelmo, haja vista a contratação do escritório Ferreira Leão, por valores altos... QUE eles ainda articularam valores de honorários e os demais escritórios participantes; QUE o colaborador reafirma o papel de Cristiano Zanin e, em parte, de Rafael Valim na criação do termo de cooperação e rateio de despesas, que possibilitou a forma de pagamento de honorários relativos à vitória no STJ, em novembro de 2015;... QUE os honorários advocatícios de toda a briga envolvendo Carlos Gabas, desde os primeiros pagamentos

até aqueles relativos à vitória no STJ, foram coordenados por Roberto Teixeira, Cristiano Zanin, Ana Basílio, Eduardo Martins e Adriana Ancelmo, na medida em que foram eles que indicaram os demais escritórios para os quais o colaborador pagou...”

Cumprido destacar que, indagado pelo jornalista do “O Estado de São Paulo”, em junho de 2014, acerca da sua atuação em favor da FECOMÉRCIO, o advogado VLADIMIR SPINDOLA prontamente enviou e-mail solicitando a ajuda dos demais advogados que atuavam nos processos. Tal necessidade de “orientações”, conforme consta no e-mail, parece corroborar a tese do MPF de que não havia a efetiva prestação de serviços advocatícios; principalmente porque quando Cristiano ZANIN sugeriu réplica descortês ao jornalista, VLADIMIR diz que **“todos os escritórios estão com telhado de vidro”**.

Pois bem, a gestão que se prosseguiu com a saída de DINIZ da Fecomércio, em 2018, instaurou auditoria externa com a finalidade de averiguar a regularidade das contratações e pagamentos de serviços de advocacia com saldos e desembolsos ocorridos de 01/12/2015 até 31/12/2017, ou seja, a partir do Termo de Cooperação Técnica assinado com a finalidade de utilizar verbas do SESC/SENAC Rio pela FECOMERCIO, tendo finalizado com relatório desfavorável à atuação do citado colaborador.

O MPF colaciona aos autos trechos do Relatório de auditoria externa que expõe a forma como o rateio entre as três instituições era feito de acordo com os registros contábeis analisados. De acordo com a auditoria, o balanço patrimonial das entidades trazia os valores pagos a título de serviços advocatícios inseridos na conta “Serviços de Terceiros”, que englobava outros serviços tomados pelas entidades, dessa forma, o alto valor pago não chamou a atenção do conselho fiscal, tampouco constou de notas explicativas, como seria recomendado.

Por fim, concluiu, o MPF que, a partir da documentação levantada no PIC e pela auditoria externa conduzida pela nova gestão da FECOMERCIO-RJ, é possível inferir que a maioria dos contratos de assessoria jurídica firmados pela entidade atendiam a demandas pessoais de ORLANDO DINIZ, em processos que corriam perante o TCU e o STJ.

E, o pagamento desses contratos era rateado entre as instituições com base no “Termo de Cooperação Técnica” assinado por ORLANDO como presidente das três instituições.

Feita essas breves considerações sobre o contexto em que se inserem as contratações dos escritórios de advocacia, **passo a individualizar a atuação, em tese, de cada sujeito ora investigado.**

1) TEIXEIRA, MARTINS E ADVOGADOS

O escritório de advocacia TEIXEIRA, MARTINS E ADVOGADOS, que tem à frente os advogados ROBERTO TEIXEIRA e CRISTIANO ZANIN MARTINS, teria sido o precursor no recebimento de honorários advocatícios exorbitantes pagos pela Fecomércio/RJ em prol de interesses particulares de ORLANDO DINIZ; prática que, em tese, foi replicada pelos demais escritórios ora investigados, formando um verdadeiro grupo criminoso voltado supostamente para o cometimento dos delitos de peculato, corrupção ativa, tráfico de influência e exploração de prestígio, tudo sob o manto do exercício da advocacia.

Como mencionado alhures, ORLANDO DINIZ, na figura de Presidente do SESC/RJ, Senac/RJ e da Fecomércio vinha sofrendo uma intensa fiscalização do Conselho Fiscal do SESC Nacional pelo então Presidente Carlos Eduardo Gabas, o que poderia causar o afastamento de DINIZ de tais cargos.

Nesse contexto, o advogado FERNANDO HARGREAVES teria apresentado a DINIZ o advogado ROBERTO TEIXEIRA, sob o argumento de que ele poderia impedir as investidas do conselho fiscalizatório nacional. Colaciono depoimento de ORLANDO DINIZ sobre o tema (proc. 5037200-83.2020.4.02.5101):

“QUE, por volta de 2010/2011, foi feita uma nova fiscalização do Conselho Fiscal, comandado por Carlos Gabas QUE, em determinado momento, o colaborador criou um pequeno grupo para tratar do tema composto pelo próprio colaborador, Daniele Paraíso, então diretora jurídica do SENAC, Júlio Cesar Gomes Pedro, então Diretor Regional do SENAC, e Sergio Arthur Ferreira Alves, Diretor Executivo da Fecomércio, e a conclusão desse grupo foi de que Carlos Gabas estava fazendo uma fiscalização política; QUE, pouco tempo depois, Daniele Paraíso comentou que era amigo de um advogado chamado Fernando Hargreaves que, a seu turno, conhecia o advogado paulista Roberto Teixeira, amigo de Lula e muito ligado ao então Presidente, e que este advogado seria a pessoa certa para neutralizar a ação comandada por Carlos Gabas;...”

Segundo DINIZ, a reunião com ROBERTO TEIXEIRA teria acontecido no início de 2012, no Copacabana Palace no Rio de Janeiro, contando com a presença do colaborador, do citado advogado e seu sócio CRISTIANO ZANIN e de FERNANDO HARGREAVES. Nas tratativas encetadas na ocasião, ficou claro para DINIZ que tais advogados iriam garantir a permanência de ORLANDO a frente do SESC Rio de forma política, por isso seria necessário pagamento “por fora”. Veja-se trecho do depoimento:

“...QUE, durante o encontro, foi apresentado o caso e ficaram de marcar um novo encontro, visto que Roberto Teixeira afirmou que seria necessário fazer consultas para responder se poderia ou não ser contratado; ... QUE, em 2012, novo encontro foi marcado...; QUE, neste segundo encontro, Roberto Teixeira fez a proposta de honorários, consistente em R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); QUE Roberto Teixeira ainda fez as seguintes exigências: (i) R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) deveriam ser pagos em espécie; (ii) a entrega deste valor em espécie deveria ser em mãos, e ocorrer em São Paulo; (iii) o contrato deveria ser firmado com a pessoa física do colaborador, e não com a Fecomércio; QUE, neste momento Roberto Teixeira ofereceu como serviço a solução da briga política com Carlos Gaba, obstaculizando a fiscalização do Conselho Fiscal do SESC; QUE o colaborador cumpriu todas as exigências...”

O colaborador também detalhou como realizou o pagamento da primeira parte exigida pelo advogado. Assim, parte dos valores (R\$ 240.000,00) teria vindo por intermédio do doleiro Alvaro Novis, de montante que o colaborador guardava com o operador; parte por empréstimo de Fernando Henrique Schneider, ex-marido de Daniele Paraíso (R\$ 400.000,00) e o restante (R\$ 360.000,00) que já estava acondicionado com o colaborador, proveniente de desvios anteriores de eventos promovidos pelo SESC.

Nessa mesma linha, Daniele Paraíso, à época companheira de ORLANDO e diretora do SENAC, em depoimento ao MPF, ratificou a dinâmica dos encontros com Roberto Teixeira, mencionadas por ORLANDO, bem como assinalou que TEIXEIRA foi contratado para resolver a questão de forma política, uma vez que tinha boa relação com Carlos Gabas.

Segundo o MPF, após o pagamento do “sinal” por ORLANDO DINIZ, os investigados renegociaram a forma de pagamento e assinaram contrato diretamente com a Fecomércio/RJ, o que resultou em três contratos entre a entidade e o escritório TEIXEIRA & MARTINS ADVOGADOS, assinados entre setembro de 2012 a 2013.

Assim, os dados do relatório IPEI RJ 20200006 apontam que, entre 01/01/2013 e 31/12/2016, o escritório TEIXEIRA, MARTINS & ADVOGADOS recebeu o total de R\$ 67.813.154,64 pelos pretensos serviços jurídicos prestados a Fecomércio/RJ.

A seu turno, os dados bancários, obtidos a partir da medida de quebra de sigilo autorizada por esse Juízo, mostram que, entre meados de 2013 a 2014, o HARGREAVES & ADVOGADOS ASSOCIADOS recebeu da Fecomércio R\$ 11.115.011,57 e de seu segundo melhor cliente, o TEIXEIRA & MARTINS ADVOGADOS, o valor de R\$ 7.872.650,00.

Destaca-se que em planilha obtida na medida de busca citada (Operação Jabuti), há os valores de pagamento da Fetraspor para HARGREAVES, com a indicação “sem contrato”.

Ressalta que o HARGREAVES declarou no ano de 2012 rendimentos de R\$ 734,03 e nos anos seguintes, tendo como cliente basicamente a Fecomércio e o TEIXEIRA & MARTINS ADVOGADOS passou a receber quantias milionárias.

As pesquisas da Receita Federal identificaram também que FERNANDO HARGREAVES é proprietário da empresa EFFEICH PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS LTDA, vinculada à *offshore* EFEICH INC, constituída nas Ilhas Virgens Britânicas, com investimentos da ordem de US\$ 2.500.000,00, realizados entre 2013 e 2014.

Além disso, o MPF sustenta que foi o próprio escritório TEIXEIRA MARTINS que sugeriu a edição do Termo de Cooperação entre as entidades, com a finalidade de burlar a investigação da CGU e TCU que recaem sobre o SESC e SENAC.

Ressalta-se o depoimento de Sergio Arthur Ferreira Alves, superintendente regional da Fecomércio de 2012 a 2014, no qual ele esclarece que a rotina de pagamentos milionários para os escritórios, a mando de ORLANDO, ocorreu à margem de qualquer fiscalização dos órgãos, uma vez que a verba proveniente da Fecomércio não sofria fiscalização do TCU ou CGU.

Ou seja, não se está aqui apontando a ausência de atuação do referido escritório, contudo, ao que parece, as facilidades vendidas não seriam resolvidas somente de forma lícita. Ademais, os advogados tinham ciência, a princípio, de que estavam sendo pagos pela Fecomércio e, posteriormente com verba pública das entidades paraestatais, para atuar em favor de ORLANDO DINIZ.

2) SPINDOLA PALMEIRA ADVOGADOS (VLADIMIR SPÍNDOLA)

O MPF assinala que o escritório SPINDOLA PALMEIRA ADVOGADOS foi contratado por DINIZ por intermédio de ROBERTO TEIXEIRA e CRISTIANO ZANIN, sob o argumento de que possuía influência no Tribunal de Contas da União.

Conforme documentação apreendida na busca e apreensão na fase ostensiva da Operação Jabuti, SPINDOLA PALMEIRA ADVOGADOS, representado por VLADIMIR SPINDOLA, assinou três contratos e dois aditivos com a Fecomércio, no período de marco de 2013 a junho de 2014, cujo objeto primordial era a atuação no âmbito do TCU e promoção de ações judiciais de natureza tributária.

Em depoimento prestado no bojo de seu acordo de colaboração, ORLANDO DINIZ assinalou que a contratação de SPINDOLA teve motivação em resolver as questões do TCU de forma política, *in verbis*:

“QUE os valores dos contratos com o escritório Spíndola Palmeira Advogados foram quitados com cofre da Fecomércio; QUE o termo de rateio só surgiu depois; QUE este escritório, como já mencionado, foi mais um dos escritórios indicados por Roberto Teixeira, que no início participava das reuniões; QUE, posteriormente, as reuniões passaram a ser feitas com Cristiano Zanin; QUE as reuniões, quando os temas eram estratégicos, eram feitas com Vladimir Spíndola;... QUE Vladimir Spindola ainda entregou ao colaborador cerca de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para que ele utilizasse como quisesse; QUE o colaborador solicitou essa entrega... QUE ficou claro para o colaborador que a indicação de Vladimir Spíndola foi feita por Roberto Teixeira para lobby... QUE todos os advogados atuavam sob a supervisão do escritório Spindola Palmeira, que, por sua vez era supervisionado pelo escritório Teixeira, Martins Advogados; QUE, por isso, Vladimir Spindola chegou por vezes a ir a São Paulo, para fazer reunião com Cristiano Zanin e Roberto Teixeira; QUE Cristiano Zanin e Roberto Teixeira decidiam as contratações, bem como eventuais substituições, e encaminhavam as propostas para o colaborador...”

Com efeito, diante dos dados provenientes da medida cautelar autorizada pela 10ª Vara Federal de Brasília, o MPF assinala que ROBERTO TEIXEIRA e CRISTIANO ZANIN, sinalizaram a ORLANDO DINIZ, a necessidade de contratação de VLADIMIR SPINDOLA, sócio do SPINDOLA PALMEIRA ADVOGADOS, para que ele atuasse junto ao TCU.

Tal atuação de VLADIMIR contava, em tese, com a cooptação e pagamento de vantagem indevida ao auditor de contas externos do TCU CRISTIANO RONDON ALBUQUERQUE.

Segundo o MPF, o pagamento ao aludido servidor público ocorreu por meio dos escritórios EDGAR LEITE ADVOGADOS, de EDGAR LEITE e LHO ADVOGADOS, de LEONARDO HENRIQUE DE OLIVEIRA.

Cabe destacar que, consoante elementos revelados na quebra bancária de RONDON (autorizada pro esse Juízo), o auditor recebeu, no período de fevereiro de 2014 a junho de 2015, depósitos fracionados, em tese, provenientes dos citados escritórios no total de R\$ 827.810,08.

Ressalta o MPF que a partir de agosto de 2014, CRISTIANO RONDON começou a usar e-mail cadastrado pelo escritório de advocacia LEONARDO HENRIQUE M. DE OLIVEIRA – LH ADVOGADOS, tendo ingressado formalmente no quadro societário

deste em novembro de 2014. Nessa linha, o RIF do COAF/UIF 44362 aponta que, na mesma época dos depósitos apontados, o advogado LEONARDO HENRIQUE DE OLIVEIRA sacou vultosas quantias da conta do escritório, indicando possível dissimulação de capital.

Ainda no contexto dos procedimentos perante o TCU, VLADIMIR SPINDOLA teria apontado a ORLANDO DINIZ a necessidade de contratação de MARCELO HENRIQUE DE OLIVEIRA, da OLIVEIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS (OLIVEIRA & BRAUNER ADVOGADOS).

Nessa toada, o OLIVEIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS assinou contrato com a Fecomércio, em 03/11/2014, com o escopo de atuar perante o STJ (ação cautelar nº 22721/RJ), no valor de R\$ 975.000,00(valor bruto), que, de fato foi pago, consoante dados bancários acostados pelo MPF. Contudo, ORLANDO DINIZ assinalou em seu depoimento que o escritório nunca prestou qualquer serviço jurídico a entidade ou a ele.

Por fim, cumpre destacar que, de acordo com o IPEI RJ20200005, SPÍNDOLA PALMEIRA ADVOGADOS, do investigado VLADIMIR SPÍNDOLA SILVA, recebeu da Fecomércio, no período 01/01/2013 a 31/12/2015, a quantia de R\$ 4.860.977,76 (valor líquido).

Ou seja, as transferências para terceiros parecem estar intimamente ligadas à atuação perante o TCU em favor de ORLANDO DINIZ, como relatado acima, sendo os montantes, em tese provenientes dos cofres da Fecomércio (ou SESC/SENAC).

3) BASILIO, DI MARINO E FARIA ADVOGADOS e BASÍLIO SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Esclarece o MPF que, a convite do escritório TEIXEIRA MARTINS, em fevereiro de 2014, foi assinado contrato entre a FECOMÉRCIO/RJ e o escritório BASILIO, DI MARINO E FARIA ADVOGADOS, representado pela advogada ANA TEREZA BASILIO, com a finalidade de trabalhar em parceria no âmbito do litígio instaurado pela manutenção da administração do SENAC-RJ.

De acordo com o depoimento prestado por ORALNDO DINIZ, o colaborador vinha demonstrando certa insatisfação com ao advogado FERNANDO HARGREAVES e reclamava sobre isso com os advogados ROBERTO TEIXEIRA e CRISTIANO ZANIN, ocasião em que o último lhe indicou o nome de ANA TEREZA BASILIO. Veja-se trecho do depoimento:

“QUE o escritório Basílio, Di Marino e Faria Advogados foi indicado pessoalmente por Cristiano Zanin; [...] QUE, naquele momento, a relação do colaborador com Roberto Teixeira estava muito ruim... QUE foi nesse contexto, e para acalmar os ânimos, que Cristiano Zanin indicou o escritório de Ana Basílio, o Basílio, Di Marino e Faria Advogados, localizado na Avenida Presidente Wilson, 210, 11o a 13º andares... QUE a ideia era que Ana Basílio trabalhasse inicialmente na eleição da Fecomércio em 2014 e que, com o tempo, ela coordenasse todas as iniciativas no Estado do Rio de Janeiro; QUE, segundo Cristiano Zanin, Ana Basílio poderia ajudar muito, também, em Brasília, onde sua influência surtia efeitos..”

O primeiro contrato foi assinado em fevereiro de 2014, tendo sido ainda pactuado mais quatro contratos entre a Fecomércio e o referido escritório.

De toda sorte, o MPF assinala que, em sua maioria, as causas defendidas por ANA BASILIO possuíam no polo passivo o SESC ou SENAC do Rio de Janeiro, e os interesses em disputa diziam respeito a interesses pessoais de ORLANDO.

Ou seja, o escritório assinou contrato com FECOMERCIO ciente do fato de que não está sujeita à Lei de Licitações, no entanto, os serviços prestados foram em benefício de ORLANDO DINIZ, de acordo com o MPF.

Nessa linha, seguindo a permissão contratual, o escritório BASILIO ADVOGADOS subcontratou diversos outros escritórios, dentre eles EURICO TELES ADVOCACIA e o próprio TEIXEIRA MARTINS ADVOGADOS, para atuar nas causas, muito embora tais negócios não tenham sido formalizados.

Diante disso, cabe destacar as informações do relatório IPEI 20200011, que indicam transferências eletrônicas no total de R\$ 1.407.000,00 entre o BASILIO ADVOGADOS (com sede em Brasília/DF) e o escritório TEIXEIRA, MARTINS ADVOGADOS, declarados como pagamento a prestador de serviços.

Igualmente, o escritório EURICO TELES ADVOCACIA EMPRESARIAL foi subcontratado, recebendo o valor de R\$ 1.511.000,00, entre março e setembro de 2014, das contas de BASILIO ADVOGADOS (São Paulo/SP) e BASILIO ADVOGADOS (Brasília/DF), ambos com ANA BASILIO como sócia majoritária.

Ademais, o MPF assinalou que ANA BASILIO ainda intermediou a contratação de outras bancas de advogados (JOSÉ ROBERTO SAMPAIO SOCIEDADE DE ADVOGADOS, EURICO TELES e ADVOCACIA ZVEITER) que foram remuneradas pela Fecomércio/RJ por serviços já cobertos pelos contratos firmados com o BASILIO, DI MARINO E FARIA ADVOGADOS e outros escritórios.

Ressalte-se que a FECOMÉRCIO/RJ representou, entre 2014 e 2017, o segundo maior cliente do escritório BASÍLIO, e o maior cliente do escritório JOSÉ ROBERTO SAMPAIO SOCIEDADE DE ADVOGADOS.

Em suma, segundo dados fiscais (IPEI 20200011), os dois escritórios de ANA BASÍLIO receberam diretamente da Fecomércio/RJ o total de R\$ 17.787.680,50, entre 2014 e 2016. Todavia, no mesmo período, os escritórios repassaram quantia milionárias aos escritórios TEIXEIRA MARTINS E ADVOGADOS, EURICO TELES ADVOCACIA EMPRESARIAL e JOSE ROBERTO SAMPAIO SOCIEDADE DE ADVOGADOS.

4) JOSÉ ROBERTO SAMPAIO SOCIEDADE DE ADVOGADOS

O órgão ministerial assevera que JOSE ROBERTO SAMPAIO SOCIEDADE DE ADVOGADOS, de propriedade de JOSE ROBERTO DE ALBUQUERQUE SAMPAIO, foi contratado pela Fecomercio/RJ mediante a assinatura de dois instrumentos contratuais, após a indicação de ANA BASÍLIO e aval de CRISTIANO ZANIN.

Segundo documento apresentado em procedimento vinculado a esse, o primeiro contrato firmado entre JOSÉ ROBERTO S. S. ADVOGADOS foi assinado em 25 de abril de 2014 (poucos meses após o contrato com ANA BASÍLIO e a apenas quatro dias da eleição), cujo objeto era *“atuação em diversos incidentes jurídicos, na área civil e trabalhista, no que diz respeito as eleições da FECOMERCIO/RJ de 29/04/2014”* e o pagamento previsto nos honorários de êxito no valor de R\$ 2.832.000,00.

Curioso observar que tal situação já estava inserida no contrato assinado com ANA BASÍLIO alguns meses antes.

Segundo IPEI RJ20200012, JOSE ROBERTO SAMPAIO SOCIEDADE DE ADVOGADOS, entre 2014 e 2016, recebeu da Fecomércio/RJ o total de R\$ 5.332.000,00, sendo mais que o dobro do segundo cliente mais rentável do escritório.

Outrossim, na mesma época, o escritório JOSE ROBERTO SAMPAIO SOCIEDADE DE ADVOGADOS recebeu o total de R\$ 1.190.000,00 do BASÍLIO, DI MARINO E FARIA ADVOGADOS, ao passo que, repassou R\$ 2.056.772,75 para o escritório EURICO TELES ADVOCACIA EMPRESARIAL.

Destaca-se que, a Receita Federal em sede apuração fiscal realizada na Fecomércio/RJ aponta que não é possível comprovar a efetiva prestação de serviço do escritório em favor da Fecomércio e do SESC/RJ.

5) EURICO TELES ADVOCACIA EMPRESARIAL

Em relação ao escritório EURICO TELES ADVOCACIA EMPRESARIAL, sustenta o MPF que este firmou, em 2015, dois contratos de serviços advocatícios com a FECOMÉRCIO, representada por ORLANDO DINIZ, muito embora já estivesse atuando nos processos relativos a Fecomércio desde 2014 por intermediação de ANA BASILIO.

Destaca-se que, semelhante a outros escritórios, a Fecomércio/RJ foi a maior cliente do escritório EURICO TELES entre 2014 e 2015 (R\$ 5.582.000,00), consoante o relatório IPEI 20200010.

Ademais, o segundo maior cliente do escritório foi JOSÉ ROBERTO SAMPAIO SOCIEDADE DE ADVOGADOS e ainda figuram na lista de prestadores outras bancas de advogados ora investigados, tais como: BASILIO ADVOGADOS, BASILIO SOCIEDADE DE ADVOGADOS; ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA MARTINS; FARIAS ADVOGADOS ASSOCIADOS; HARGREAVES E ADVOGADOS ASSOCIADOS e ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA ZVEITER.

Segundo bem resumiu o MPF, o EURICO TELES ADVOCACIA apesar de efetivamente ter prestado o serviço para a Fecomércio, parece ter sido indevidamente remunerado pelas contratações autônomas, uma vez que já havia recebido pagamento proveniente do escritório ANA BASILIO, pelo qual foi subcontratado.

Assim, os repasses advindos da contratação diretamente com a Fecomércio representaram, em tese, recebimento de vantagem indevida, corroborando a tese ministerial de que havia acordo entre os escritórios com o objetivo de movimentação de numerário.

6) ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA ZVEITER

De igual modo ao acima relatado, segundo o depoimento de ORLANDO DINIZ, ANA BASILIO também teria intermediado a contratação do escritório de advocacia Zveiter Advogados, cujo representante é FLAVIO DIZ ZVEITER.

Assim, o referido escritório foi contratado em 02/09/2015, no entanto, de acordo com o MPF, há **indícios de que houve a assinatura do contrato com data retroativa**, tendo em vista que, apesar de prever cinco pagamentos mensais de R\$ 1.000.000,00, num total de R\$ 5.000.000,00, o primeiro pagamento somente se deu em dezembro de 2015, após a liminar no **AREsp 557.089**, que devolveu a ORLANDO a gestão do SESC Rio.

Conforme exposto anteriormente, depoimentos de pessoas que trabalhavam no alto escalão das entidades (documentos em anexo), confirmam que alguns contratos foram confeccionados com datas retroativas.

A seu turno, segundo IPEI 20200018, a Fecomércio figurou como o melhor cliente do ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA ZVEITER, em 2016, tendo pago o total de R\$ 5.000.000,00.

Segundo o MPF, os valores repassados a ZVEITER teriam também como destino transferências a FERNANDO CESAR ASFOR ROCHA, ex-ministro do STJ que teria o condão de influenciar o resultado dos AREsp 557.089/RJ e 708.603/RJ, em trâmite naquela Corte.

Cabe ressaltar que os escritórios FERREIRA LEÃO ADVOGADOS ASSOCIADOS e o ESCRITORIO DE ADVOCACIA MARTINS (tratados nos próximos tópicos), também teriam repassado valores para CESAR ASFOR ROCHA em ocasiões próximas ao recebimento de pagamentos da Fecomércio/RJ, o que, de fato, levanta suspeita sobre possível exploração de prestígio.

7) EDUARDO MARTINS e escritórios.

O MPF assinala que a contratação de EDUARDO MARTINS pela Fecomércio se deu por intermediação de CRISTIANO ZANIN, que sinalizou a ORLANDO DINIZ a necessidade de contratar EDUARDO diante de sua suposta influência no STJ, devido a sua condição de parentesco com Ministro daquela Corte.

Veja-se trecho do depoimento de ORLANDO DINIZ:

“QUE o advogado Eduardo Filipe Alves Martins foi indicado ao colaborador pelo escritório Teixeira, Martins Advogados, de Roberto Teixeira e Cristiano Zanin; QUE a contratação começou com o colaborador recebendo um telefonema de Cristiano Zanin, em 2014, que afirmou estar em Brasília e precisava fechar uma importante contratação; QUE Cristiano Zanin pediu ao colaborador autorização para negociar e fechar essa contratação, que era urgente e que depois levaria os contratos para o colaborador assinar; QUE a decisão de contratar Eduardo Martins ocorreu em maio de 2014, então o contato entre o colaborador e Cristiano Zanin deve ter ocorrido entre fevereiro e abril de 2014; QUE a contratação era importante porque estava em disputa a validade das avocações e intervenções no SESC/SENAC;”

Pois bem, os contratos pactuados com EDUARDO MARTINS podem ser divididos em dois momentos distintos, período de 2014 e período de 2015 a 2017.

Assim, somando as contratações, de acordo com o apurado no relatório IPEI RJ20200013, entre maio de 2014 e abril de 2016, a Fecomércio/RJ pagou cerca de R\$ 42.900.000,00 ao ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA MARTINS, de EDUARDO MARTINS, tanto por sua sede, em Brasília/DF (CNPJ 09.429.991/0001-05), como por sua filial, em Maceió/AL (CNPJ 22.532.721/0001-85), representando para ambos o melhor cliente.

Nessa toada, entre 2015 e 2016, a Fecomércio celebrou três contratos com ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA MARTINS (Brasília/DF) e outros cinco contratos firmados em nome de escritórios de advocacia a pedido de EDUARDO, quais sejam, ROSSITER ADVOCACIA, ALMEIDA & TEIXEIRA DVOACACIA, ADVOCACIA GONCALVES COELHO, FARIAS ADVOGADOS ASSOCIADOS e OLIVEIRA & BRAUNER ADVOGADOS ASSOCIADOS, consoante as informações do órgão ministerial.

Assim, segundo o IPEI 20200023, produzido em face do escritório ALMEIDA & TEIXEIRA ADVOCACIA e de seu sócio HERMANN DE ALMEIDA MELO, a Fecomércio/RJ teria repassado R\$ 1.800.000,00, sendo tal valor 45 vezes maior que a soma de todos os demais clientes no período.

Já o IPEI 20200027 indica que o OLIVEIRA E BRAUNER ADVOGADOS ASSOCIADOS, vinculado a MARCELO HENRIQUE DE OLIVEIRA, recebeu da Fecomércio/RJ o total de R\$ 6.118.500,64, quase o dobro do seu segundo melhor contratante.

A seu turno, o FARIAS ADVOGADOS ASSOCIADOS, de JAMILSON SANTOS DE FARIAS, recebeu da Fecomércio/RJ o total de R\$ 11.400.000,00, valor quatro vezes maior que a soma dos demais contratantes (IPEI RJ20200010).

Por sua vez, o IPEI RJ20200022 demonstra que o ADVOCACIA GONÇALVES COELHO, de ANTONIO AUGUSTO DE SOUZA COELHO, recebeu da Fecomércio/RJ o montante de R\$ 6.725.000,00, sendo o valor duas vezes maior que o segundo melhor cliente.

Em cotejo ao depoimento de ORLANDO DINIZ, nota-se que os contratos citados foram, em tese, pactuados para dispersar os valores repassados para EDUARDO MARTINS. Veja-se:

“...QUE, em 2015, Eduardo Martins foi novamente indicado pelo escritório Teixeira, Martins Advogados, na pessoa de Cristiano Zanin;... QUE, em outra oportunidade, Eduardo Martins comentou que iria dividir os honorários pactuados entre escritórios que indicaria ao colaborador; QUE a intenção era diluir os honorários pactuados anteriormente;... QUE todos os pagamentos a esses escritórios indicados por Eduardo Martins, que se referem à vitória no STJ, bem como os pagamentos feitos aos escritórios do próprio Eduardo Martins, foram efetuados por meio do rateio de

despesas entre SESC, SENAC e Fecomércio, descrito em anexo próprio; QUE todos os demais escritórios na mesma situação também foram pagos dessa forma; QUE os escritórios que foram contratados por indicação de Eduardo Martins, sob a justificativa de que serviriam para dividir o valor de sua contratação, foram: 1) Almeida & Teixeira Advocacia [...] 2) Farias Advogados Associados [...] 3) Oliveira e Bauner Advogados Associados [...] 4) Advocacia Gonçalves Coelho [...] QUE, portanto, Eduardo Martins iria receber, através de escritórios indicados, os valores brutos antes indicados, que perfaziam um total de R\$ 31.700.000,00 (trinta e um milhões e setecentos mil reais), todos com cláusulas de pagamento em cinco parcelas; QUE este valor diz respeito apenas a liminar no STJ; QUE esses escritórios não prestaram serviços de fato vinculados a esta liminar; QUE o colaborador tem a convicção de que as datas dos contratos procuravam diluir os pagamentos no tempo, para não chamar a atenção; QUE, além disso, parte dos honorários advocatícios para Eduardo Martins seriam recebidos diretamente; QUE, quanto a essa parte, Eduardo Martins indicou os seguintes escritórios: quando contratado pela primeira vez, Eduardo Martins indicou o escritório Martins e Rossiter Advogados Associados; QUE, mais à frente, Eduardo Martins indicou o Escritório de Advocacia Martins, que herdou o CNPJ que era do Escritório Martins e Rossiter Advogados Associados, de Brasília (CNPJ 09.429.991/0001-05); QUE esse escritório também emitiu em seu nome, Escritório de Advocacia Martins, notas fiscais vinculadas a outro CNPJ, o CNPJ 22.532.721/0001-85, com endereço em Maceió; QUE Eduardo Martins também indicou o escritório Rossiter Advocacia para receber em nome próprio;...”

Sobre os escritórios que aparentemente não prestaram serviço a Fecomércio e que teriam funcionado apenas como interposto para a o repasse de valores a EDUARDO MARTINS, em processo vinculado a esse, o MPF destacou que todos os escritórios citados detinham no seu objeto contratual a atuação no AREsp 557.089/RJ e/ou AREsp 708.603/RJ.

Cabe ainda ressaltar que o afastamento do sigilo bancário do ESCRITORIO DE ADVOCACIA MARTINS com sede em Brasília/DF (CNPJ 09.429.991/0001-05) indica o repasse de valores ao escritório ROCHA, MARINHO E SALES SOCIEDADE DE ADVOGADOS, de propriedade, entre outros, de CAIO CESAR VIEIRA ROCHA, filho de CESAR ASFOR ROCHA, em no mesmo período em que o primeiro escritório recebeu valores provenientes da Fecomércio (entre março e maio de 2016).

8) ANCELMO ADVOGADOS

Conforme apurou o MPF, o escritório ANCELMO ADVOGADOS, representado pela sócia ADRIANA ANCELMO, firmou quatro propostas de honorários com ORLANDO DINIZ, na

qualidade de representante da FECOMERCIO/RJ. Colaciono depoimento de DINIZ:

“...QUE, enquanto Sergio Cabral era Governador, o colaborador conversou com ele sobre a possibilidade de contratar Adriana Ancelmo, mas ele sempre vetava esta iniciativa, mesmo o colaborador sabendo que empresas grandes do Estado contratavam o escritório de Adriana; QUE a relação do colaborador com Sergio Cabral sempre teve idas e vindas”; QUE o colaborador acreditou, em determinado momento, que Sergio Cabral estava politicamente contra ele;...; QUE o colaborador tinha dois objetivos com a contratação de Adriana Ancelmo: ver se, com o tempo, ela assumiria a coordenação da briga política com Carlos Gaba e, também, acaso Sergio Cabral estivesse atuando contra o colaborador, neutraliza-lo; QUE Adriana Ancelmo seria a pessoa de confiança do colaborador; QUE, após a saída de Sergio Cabral do Governo, o colaborador teve uma reunião com Ana Basílio e Cristiano Zanin, no escritório de Basílio, e levantou mais uma vez a possibilidade de contratação de Adriana Ancelmo; QUE Cristiano Zanin e Ana Basílio se mostraram entusiasmados com essa possibilidade e concordaram; QUE só então o colaborador retomou as tentativas de contratar Adriana Ancelmo; ... QUE, nesta reunião, Sergio Cabral disse que estava de acordo com a contratação da esposa e que iria falar com ela; QUE, então, o colaborador poderia procura-la; QUE Adriana Ancelmo apresentou proposta de honorários em maio de 2015; QUE esta proposta foi apresentada em 04/05/2015... QUE houve sobreposição de objetos em relação aos contratos de outros escritórios..”

Consoante informação acostada pelo órgão ministerial, pela consecução dos serviços advocatícios, a Fecomércio pagou ao escritório, no período de 23/12/15 a 22/12/16, o **valor total de R\$ 18.938.653,47**, figurando como melhor cliente disparada da banca.

Outrossim, de acordo com a narrativa do MPF, ADRIANA teria indicado a contratação de outros dois escritórios (FERREIRA LEÃO ADVOGADOS ASSOCIADOS e MARCELO NOBRE SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOGADOS), com o finalidade de majorar o seu numerário e repassar valores a FRANCISCO CESAR ASFOR ROCHA.

Como supramencionado, em tese, o grupo de escritórios advocatícios empreendeu uma articulação com o ex-ministro do STJ para que os processos atinentes a ORLANDO DINIZ tivessem um solução rápida e favorável.

9) FERREIRA LEÃO ADVOGADOS ASSOCIADOS

No tocante ao FERREIRA LEÃO ADVOGADOS ASSOCIADOS, representado por JOÃO CANDIDO MARTINS FERREIRA LEÃO, o MPF sustenta que foi firmado contrato com a FECOMERCIO em 05/01/2015, e aditado em 04/01/2016, porém tais contratos eram ideologicamente falsos, tanto nas datas apostas quanto nos dados inverídicos sobre os serviços contratados.

Nessa toada, ORLANDO DINIZ afirma, em seu depoimento, que o mencionado escritório foi contratado por solicitação de ADRIANA, mas, em verdade, não prestou serviço a Fecomércio-RJ, tendo a contratação ocorrido para desviar mais recursos em favor de ADRIANA ANCELMO e SÉRGIO CABRAL, bem como em favor de CESAR ASFOR ROCHA e seu filho.

Pela suposta prestação dos serviços, o escritório Ferreira Leão Advogados recebeu, entre 23/12/2015 a 25/06/2016, o valor total de R\$ 11.050.000,00, dos cofres da Fecomércio (SESC e SENAC).

Cabe salientar que essa mesma relação do escritório ANCELMO ADVOGADOS com FERREIRA LEÃO ADVOGADOS já foi relatada em situação pretérita, por ocasião da colaboração de ITALO GARRITANO, réu na ação penal nº 0507421-82.2018.4.02.5101). Em seu depoimento, o colaborador afirma que THIAGO ARAGÃO, advogado do ANCELMO ADVOGADOS, usava o escritório de JOÃO CÂNDIDO, quando precisava ocultar a participação de ADRIANA.

A corroborar sua tese, o MPF acostou dados obtidos com a quebra de sigilo bancário deferida por esse Juízo, no qual é possível notar que em 29/03/2016 e 29/04/2016, a Fecomércio-RJ fez duas transferências de R\$ 1.173.125,00, cada, para a conta do escritório FERREIRA LEÃO. Ato contínuo, no mesmo dia 29/04/2016, o escritório FERREIRA LEAO ADVOGADOS transfere R\$ 1.670.530,00 para a conta de CESAR ASFOR ROCHA SOCIEDADE DE ADVOGADOS, cujos sócios são FRANCISCO CESAR ASFOR ROCHA e CAIO CESAR VIEIRA ROCHA.

Como demonstrado em tópicos anteriores, ao que apreço, os escritórios EDUARDO MARTINS ADVOCACIA, ESCRITORIO DE ADVOCACIA ZVEITER e FERREIRA LEAO ADVOGADOS ASSOCIADOS repassaram valores a FRANCISCO CESAR ASFOR ROCHA, seja por meio de seu filho ou por meio dos escritórios dos quais figura como sócio.

Fato curioso é que as transferências ocorreram em meses subsequentes e começaram após o provimento monocrático dos AREsp 557.089/RJ e 708.603/RJ, em curso no STJ, o que robustece a suposição ministerial de exploração de prestígio praticada, em tese, por FRANCISCO CESAR ASFOR ROCHA e CAIO CESAR VIEIRA ROCHA.

10) MARCELO NOBRE ADVOGADOS

Narra o MPF que o escritório MARCELO NOBRE SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOGADOS foi contratado em julho de 2016, tendo como objeto a prestação de serviços jurídicos em processos que tramitam junto ao Tribunal de Contas da União, sem que fossem elencados quais processos estariam no escopo, tendo sido estipulados honorários de **R\$ 47.200.000,00**.

Segundo ORLANDO DINIZ, o escritório foi contratado por indicação de ADRIANA ANCELMO, pra uma atuação focada no TCU, porém não se recorda em quais processos MARCELO teria atuado.

De fato, os dados de registro de entrada no edifício onde se localiza o escritório de ADRIANA (juntados pelo MPF em processo vinculado a esse) indicam que MARCELO esteve no local por sete vezes, concidentemente, no período de julho a novembro de 2016.

No mais, o MPF ressalta a mensagem eletrônica na qual o escritório de MARCELO encaminha para ADRIANA a proposta de honorários antes de apresentar a ORLANDO, que é inclusive modificada por ela.

Segundo o MPF, o advogado MARCELO ROSSI NOBRE teria atuado por apenas seis meses, uma vez que se indispôs com ORLANDO DINIZ.

As informações trazidas pelo relatório IPEI RJ20200017 apontam que, nesse período, o escritório recebeu o valor de R\$ 8.000.000,00 e que o único beneficiário da quantia foi MARCELO NOBRE.

Assim, mesmo atuando apenas por seis meses, a Fecomércio foi o maior cliente do escritório em 2016, pagando três vezes mais que o segundo melhor cliente.

E, segundo o MPF, muito embora MARCELO NOBRE tenha recebido quantia muito superior aos honorário de outros clientes do escritório, não foi capaz de comprovar a efetiva atuação em procedimentos perante o TCU envolvendo a Fecomércio, o que reforça a tese ministerial da possível ocorrência dos delitos de tráfico de influência, peculato e lavagem de dinheiro.

11) CEDRAZ ADVOGADOS

Em relação ao escritório CEDRAZ ADVOGADOS, aduz o MPF que o contrato de prestação de serviços com a FECOMÉRCIO foi firmado em 13/07/2015, no entanto, o escritório já prestava serviços à

entidade desde 2014, conforme afirmado pelo advogado TIAGO CEDRAZ à auditoria externa realizada pela atual gestão da FECOMERCIO.

Por sua vez, ORLANDO DINIZ declara que a contratação de THIAGO se deu por intermédio de SERGIO CABRAL e ADRIANA ANCELMO, sob o argumento de que o advogado seria o meio para resolver a situação do TCU.

Inobstante a aparente ausência de patrocínio, o escritório CEDRAZ recebeu entre 2015 e 2017, o total de R\$ 15.966.666,66 (valores brutos) da Fecomércio, segundo os dados do IPEI RJ20200007, representando três vezes mais que o segundo melhor cliente.

Pois bem, **finalizada a explanação sobre a suposta atuação de cada envolvido**, tem-se que ORLANDO DINIZ se utilizou, em tese, de numerário da Fecomércio e, posteriormente, com a assinatura do Termo de Cooperação Técnica, do SESC e SENAC, para pagar honorários aos escritórios de advocacia citados, livre de qualquer fiscalização dos conselhos fiscais e do TCU.

Sustenta o MPF que a maioria dos processos em que os escritórios de advocacia ora investigados atuaram visava interesses pessoais de ORLANDO DINIZ, que buscava se manter na direção das três entidades (SESC, SENAC e FECOMERCIO) e travava uma batalha política com o Presidente da CNC, cargo ao qual pretendia se candidatar.

Ainda que assim não fosse, ao que tudo indica os escritórios de advocacia tinham, no mínimo, ciência de que os processos em que prestavam serviços tinham como partes interessadas o SESC e SENAC e, no entanto, aceitaram receber os valores e firmar os contratos em nome da Fecomércio.

E, segundo explicita o MPF, a contratação dos escritórios não obedeceu as regras de licitação exigidas pela legislação específica para a contratação de serviços advocatícios, tampouco preencheu os requisitos de dispensa de licitação.

As testemunhas ouvidas no âmbito da Operação Jabuti e que eram funcionárias de uma das três entidades (Fecomércio\RJ, SESC Rio ou SENAC Rio) informaram que **os pagamentos aos escritórios eram feitos sem a observância das formalidades legais previstas, que algumas notas fiscais somente eram emitidas posteriormente e que alguns contratos foram firmados com datas retroativas.**

Em decorrência dos fatos narrados, o MPF conclui pela possível existência de uma **organização criminosa formada pelos escritórios de advocacia com a finalidade de obter pagamentos das**

entidades paraestatais. Isso porque, há indícios do cometimento dos delitos de organização criminosa, tráfico de influência, exploração de prestígio, estelionato, peculato, corrupção ativa e passiva e lavagem de dinheiro, sendo, pois, a medida constritiva meio hábil para garantir o ressarcimento aos cofres públicos.

Desse modo, nada mais coerente que designar o montante da reparação tomando por base os valores, em tese, recebidos por cada advogado (escritório) nas supostas contratações irregulares efetivas pela Fecomércio, bem como aqueles repassados indevidamente a sujeitos responsáveis, em tese, por influenciar em julgamentos no STJ e TCU.

Repise-se que com o a assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre Fecomércio, Sesc e Senas (todos sob o comando de ORLANDO DINIZ), em 01 de dezembro de 2015, os valores repassados aos ora investigados passaram a ser provenientes quase que na integralidade dos cofres das entidades paraestatais.

Nessa toada, nas fls. 108/122 da representação do MPF (evento 1, INIC1), o órgão ministerial destacou individualmente cada valor operado pelos ora investigados em cada um dos fatos criminosos citados, tudo embasado nos elementos probatórios acostados.

Dessa forma, verifico que os montantes indicados pelo MPF, inclusive com o apontamento para as pessoas jurídicas vinculadas a cada investigado (escritórios de advocacia), de fato, correspondem às situações relatadas e ao *quantum* apurado pela Receita Federal em cada relatório de pesquisa e investigação elaborado, razão pela qual entendo cabível que a presente medida recaia sobre tais valores.

Outrossim, como venho assinalando em casos anteriores, quando se trata de prejuízo a toda coletividade, como parece ser o caso, principalmente porque envolve suposto desvio de numerário de entidade paraestatal voltada para o desenvolvimento e bem-estar da população, mostra-se pertinente a **fixação de quantia referente ao dano moral em valor semelhante ao da reparação.**

Destaca-se que os recursos do chamado Sistema S têm origem em contribuição compulsória paga pelos empregadores do comércio, incidente sobre a folha de salários, conforme previsão no art. 240 da Constituição Federal, **sendo, indubitável a necessidade de arbitrar dano moral mínimo, razão pela qual estabeleço para cada investigado o mesmo montante da reparação a título de dano moral.**

E mais, cabe lembrar que os investigados se enquadram na função essencial à Justiça, conforme disposto na Constituição Federal (artigo 133), sendo, pois, ainda mais reprovável que estejam, em tese, agindo em ofensa às leis e afronta ao Poder Judiciário.

Entendo, pois, à luz da finalidade da medida, que muito embora a maioria dos investigados seja advogado, não há óbice ao requerimento de que as medidas assecuratórias recaiam sobre ativos e

bens móveis e imóveis dos requeridos, isso porque as garantias previstas no Estatuto da OAB (Lei nº 8.906/1994) não tem o condão de impedir o regular andamento dos procedimentos criminais, mormente quando há fortes indícios de autoria e materialidade da prática de crime, como parece ser o caso.

Assim, verifico que a medida deve ocorrer da seguinte forma: **mediante bloqueio de bens ativos, mantidos em instituições financeiras, contas bancárias e investimentos ativos pertencentes aos requeridos por meio do sistema BACENJUD e de comunicação oficial à CVM; bloqueio de veículos automotores no sistema RENAJUD; de bens imóveis por meio da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB; de embarcações e aeronaves através da expedição de ofícios à Capitania dos Portos e ANAC.**

Nesse diapasão, tendo em vista a evolução do mercado de moedas virtuais e o tipo de delito ora imputado (lavagem de dinheiro), verifico plausível que a medida pleiteada recai também sob as **criptomoedas transacionadas nas principais corretoras do país (FOXBIT SERVIÇOS DIGITAIS LTDA, MERCADO BITCOIN SERVIÇOS DIGITAIS LTDA, NEGOCIECOINS, BRAZILIEX MOEDAS VIRTUAIS LTDA ME, BITCOINTOYOU), devendo ser requisitado o extrato de todas as movimentações, bem como o bloqueio das criptomoedas eventualmente mantidas nas contas dos investigados.**

Assim, no caso dos autos, tudo o que se exige para a decretação da medida é a averiguação de indícios de prática dos delitos apontados, juízo que constato ser positivo no presente momento, razão pela qual defiro o bloqueio de bens móveis e imóveis nos limites apontados, para os investigados abaixo relacionados.

Diante de todo o exposto, presentes os pressupostos e as circunstâncias autorizadoras, DETERMINO o SEQUESTRO/ARRESTO dos bens móveis e imóveis (medidas assecuratórias), conforme tabela abaixo, na forma da fundamentação, e assim o faço com amparo nos artigos 4º da Lei nº 9.613/98 e 125 e seguintes do CPP c/c o artigo 4º do Decreto-lei nº 3.240/41.

INVESTIGADOS	CPF/CNPJ	VALOR
EDGARD LEITE ADVOGADOS	02.721.738/0001-73	R\$ 1.655.620,16
EDGARD HERMELINO LEITE JUNIOR	065.275.548-85	R\$ 1.655.620,16
LEONARDO HENRIQUE MAGALHÃES OLIVEIRA ADVOGADOS	08.963.065/0001-44	R\$ 1.655.620,16
LEONARDO HENRIQUE MAGALHAES DE OLIVEIRA	647.882.451-91	R\$ 1.655.620,16
CRISTIANO RONDON PRADO DE ALBUQUERQUE	318.698.401-78	R\$ 1.655.620,16
JOSE ROBERTO SAMPAIO	19.030.361/0001-09	R\$ 3.304.000,00

SOCIEDADE DE ADVOGADOS		
JOSÉ ROBERTO DE ALBUQUERQUE SAMPAIO	882.896.647-53	R\$ 3.304.000,00
CAIO CESAR VIEIRA ROCHA	632.505.193-91	R\$ 5.358.835,00
CCVR PARTICIPACOES LTDA	13.058.509/0001-37	R\$ 5.358.835,00
FRANCISCO CESAR ASFOR ROCHA	014.956.233-00	R\$ 5.358.835,00
CESAR ASFOR ROCHA SOCIEDADE DE ADV	27.370.217/0001-40	R\$ 5.358.835,00
ROCHA MARINHO E SALES ADVOGADOS	13.495.989/0001-01	R\$ 5.358.835,00
ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA ZVEITER	29.554.953/0001-83	R\$ 10.000.000,00
FLÁVIO DIZ ZVEITER	055.326.497-40	R\$ 10.000.000,00
DANIEL BELTRÃO DE ROSSITER CORRÊA	724.996.564-68	R\$ 12.000.000,00
ROSSITER ADVOCACIA	23.668.063/0001-16	R\$ 12.000.000,00
VLADIMIR SPINDOLA SILVA	778.838.451-87	R\$ 13.207.650,68
SPINDOLA PALMEIRA ADVOGADOS	06.213.770/0001-07	R\$ 13.207.650,68
ADVOCACIA GONÇALVES COELHO	58.414.954/0001-20	R\$ 13.450.000,00
ANTONIO AUGUSTO DE SOUZA COELHO	076.375.068-94	R\$ 13.450.000,00
OLIVEIRA & BRAUNER (OLIVEIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS)	07.736.910/0001-86	R\$ 13.830.075,00
MARCELO HENRIQUE DE OLIVEIRA	646.288.091-00	R\$ 13.830.075,00
EURICO TELES ADVOCACIA EMPRESARIAL	11.393.711/0001-90	R\$ 14.762.000,00
EURICO DE JESUS TELES NETO	131.562.505-97	R\$ 14.762.000,00
MARCELO NOBRE SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOGADOS	19.351.334/0001-38	R\$ 16.000.000,00
MARCELO NOBRE ROSSI	091.025.138-03	R\$ 16.000.000,00
ALMEIDA & TEIXEIRA ADVOCACIA	16.698.544/0001-09	R\$ 18.000.000,00
HERMANN DE ALMEIDA MELO	025.192.384-37	R\$ 18.000.000,00
FARIAS ADVOGADOS ASSOCIADOS	17.495.256/0001-10	R\$ 22.800.000,00
JAMILSON SANTOS DE FARIAS	007.507.814-75	R\$ 22.800.000,00
TIAGO CEDRAZ LEITE OLIVEIRA	798.244.805-44	R\$ 27.406.666,66
CEDRAZ ADVOGADOS	09.229.001/0001-87 e	R\$ 27.406.666,66
HANNOVER ADMINISTRADORA DE BENS PROPRIOS LTDA	16.725.751/0001-05	R\$ 27.406.666,66
TOPAZ ADVISORS INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	10.281.360/0001-62	R\$ 27.406.666,66
CABO DE LAS SALINAS SOCIEDADE ANONIMA	10.956.808/0001-09	R\$ 27.406.666,66
FERREIRA LEÃO ADVOGADOS ASSOCIADOS	14.853.179/0001-34	R\$ 27.458.835,00
JOÃO CANDIDO FERREIRA LEÃO	084.963.917-44	R\$ 27.458.835,00
HARGREAVES & ADVOGADOS – ASSOCIADOS	03.628.381/0001-46	R\$ 30.000.000,00
FERNANDO LOPES HARGREAVES	011.798.757-37	R\$ 30.000.000,00
EFEICH PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS LTDA	08.717.439/0001-41	R\$ 30.000.000,00
ROBERTO TEIXEIRA	335.451.038-20	R\$ 32.197.650,68

BASILIO, DI MARINO E FARIA ADVOGADOS (RJ)	10.456.551/0001-18	R\$ 43.148.004,68
BASILIO SOCIEDADE DE ADVOGADOS (SP)	10.691.687/0001-02	R\$ 43.148.004,68
BASILIO SOCIEDADE DE AVOGADOS (DF)	11.203.605/0001-04	R\$ 43.148.004,68
ANA TEREZA BASILIO	893.866.807-00	R\$43.148.004,68
ADRIANA DE LOURDES ANCELMO	014.910.287-93	R\$ 70.865.501,66
ANCELMO ADVOGADOS	02.077.544/0001-87	R\$ 70.865.501,66
SERGIO DE OLIVEIRA CABRAL SANTOS FILHO	744.636.597-87	R\$ 70.865.501,66
ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA MARTINS (DF)/ MARTINS & ROSSITER	09.429.991/0001-05	R\$ 171.358.835,00
ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA MARTINS (AL)	22.532.721/0001-85	R\$ 171.358.835,00
EFAM PARTICIPACOES EIRELI	19.661.267/0001-58	R\$ 171.358.835,00
EDUARDO FILIPE ALVES MARTINS	053.725.704-74	R\$ 171.358.835,00
TEIXEIRA MARTINS E ADVOGADOS	04.485.143/0001-91	R\$ 237.355.655,36
CRISTIANO ZANIN MARTINS	261.128.978-65	R\$ 237.355.655,36
ORLANDO SANTOS DINIZ	793.078.767-20	R\$ 306.565.536,86

Decreto o **segredo absoluto de justiça**, mantendo-o enquanto perdurarem as diligências.

Documento eletrônico assinado por **MARCELO DA COSTA BRETAS, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <https://eproc.jfrj.jus.br>, mediante o preenchimento do código verificador **510003579156v2** e do código CRC **fea6a741**.

Informações adicionais da assinatura:
 Signatário (a): MARCELO DA COSTA BRETAS
 Data e Hora: 1/9/2020, às 21:5:36

5055307-78.2020.4.02.5101

510003579156 .V2